



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA



Parecer Jurídico ____/2014.

Requerente: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Pregão Presencial n. 007/2014. Link de Internet.

Versam os presentes autos administrativos, de licitação, levado a efeito por meio de pregão presencial, tombado sob o n. 007/2014, cujo objetivo é a contratação de empresa para fornecimento de link de internet a serem instalados nos departamentos da Prefeitura Municipal, escolas de ensino fundamental e secretarias municipais deste município, desta vez para a emissão de parecer final. Nos autos, verifica-se presentes os seguintes documentos:

- a) Autorização do Prefeito Municipal para a realização da licitação;
- b) Nomeação do Pregoeiro e membros da Comissão de Licitação, dentre outros documentos pertinentes;
- c) Minutas de edital e anexos;
- d) Documentos de habilitação e julgamento das propostas.

É o Relatório, passamos a opinar.

PARECER

. A análise ora proferida, ao revés da análise de que trata o artigo 38, parágrafo único da lei de regência, refere-se à denominada fase externa do certame licitatório. Nesta oportunidade, se apura a regularidade dos atos do certame além de sua preparação, publicação, colheita de documentos de habilitação e propostas comerciais, julgamento e demais atos necessários ao regular processamento do procedimento administrativo.

Desta fase, em atenção aos documentos acostados aos autos, colhemos observação de plena regularidade, posto que realizados todos os atos referentes ao sistema licitatório proposto, culminando com a habilitação do licitante, que atendeu ao procedimento emanado da Lei 8.666/93.

Não escapa a observação de que na oportunidade da abertura e julgamento das propostas, que apenas uma empresa atendeu aos reclamos do edital, oferecendo cotação para todos os itens e sagrando-se vencedora em todo o certame.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA



De se perquirir então a possibilidade de continuidade do feito em virtude do comparecimento de apenas um licitante, na medida em que se poderia cogitar ausência de concorrência.

Porém, note-se que a licitação foi devidamente divulgada em imprensa oficial, possibilitando o acesso de qualquer interessado ao certame, e tal não ocorreu, restando presente apenas a empresa que venceu a licitação, com preços praticados pelo mercado, sem ocasionar nenhuma espécie de prejuízo à administração pública municipal.

Nesta senda, impõe-se a assertiva de que o procedimento licitatório demanda dois objetivos distintos: a) colheita da proposta mais vantajosa à administração pública e; b) possibilitar pleno acesso do particular ao direito de contratar com o poder público.


Na medida em que se cumpre o requisito da instauração do processo licitatório e se observa o princípio da publicidade, tal qual é imposto pela lei, atendidos estão ambos os aspectos, independentemente do comparecimento maciço ou isolado de interessados.

Transcorrido regularmente as fases procedimentais, não houve interposição de recurso e/ou impugnação, restando incólume a decisão da Comissão de Licitação, bem como o resultado do certame.

Assim, atendidos todos os requisitos legais, opina esta assessoria jurídica pelo prosseguimento do feito, devendo ser a presente licitação ser efetivamente homologada pela autoridade competente, considerando-se que devidamente adjudicado seu objeto. Via de consequência, deve ser procedida com a convocação da licitante vencedora para a regular e necessária assinatura de contrato.

É o parecer.
SMJ.

Piçarra (PA), 29 de janeiro de 2014.


Adejaime Mardegan
OAB/PA 16.089

Adejaime Mardegan
Assessor Jurídico
OAB/PA 16.089